



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,43% São Paulo	1,63% Nova York	R\$ 5,246 (+ 0,9%)	R\$ 1.621	R\$ 5,998	14,90%	14,72%	Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70
	177.653 13/3						
	179.639 18/3						
	16/3						
	17/3						

PETRÓLEO

Governo corre para evitar nova crise

Para conter alta do diesel, Fazenda sugere a governadores zerar ICMS e promete, em troca, arcar com parte do prejuízo

» RAPHAEL PATI
» WAL LIMA

A intensificação dos bombardeios, ontem, no Irã, pressionou o preço internacional do petróleo, que ultrapassou os US\$ 110. Preocupado com os reflexos no valor dos combustíveis no Brasil, que tende a impactar toda a cadeia produtiva, o Ministério da Fazenda propôs ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre a importação desse combustível.

A proposta se somaria às medidas anunciadas, semana passada, de redução de impostos federais na compra do diesel e elevação na alíquota de exportação.

De acordo com o secretário-Executivo da pasta, Dario Durigan, a medida teria um impacto total de R\$ 3 bilhões para os estados e o Distrito Federal até o fim de maio. A proposta prevê que a União compense as unidades da federação com 50% desse valor. Com isso, ao final das contas, o prejuízo fiscal para os estados seria de R\$ 1,5 bilhão e para o governo federal, também de R\$ 1,5 bilhão.

“Nós tiramos alguns custos, seja do ponto de vista do PIS/Cofins, seja com a subvenção federal, seja agora, caso isso avance com os estados, com o ICMS de importação do diesel, isso certamente traz, pelo menos um alívio, vamos dizer assim, para a cadeia de combustíveis. Então, eu espero que isso funcione e, claro, a fiscalização tem que ser reforçada”, afirmou Durigan, ao deixar o prédio da Fazenda.

Na reunião, ficou definido o prazo de 27 de março, para que os secretários estaduais de Fazenda se posicionem. Segundo Durigan, até agora, 20 estados e o Distrito Federal aprovaram a redução total do imposto, enquanto São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso e Alagoas ainda não decidiram.

Além de zerar o imposto, o governo também solicitou, na reunião, que os estados encaminhem para a Receita Federal as listas de devedores contumazes de ICMS,

em especial, do setor de combustível. Outro pedido feito pelo governo é que as unidades da federação disponibilizem à Agência Nacional do Petróleo (ANP) suas notas fiscais de venda de combustíveis em tempo real, com o objetivo de ajudar na fiscalização de abusos nos preços cobrados.

“A Petrobras não mudou o preço da gasolina. No entanto, os especuladores estão aproveitando esse clima tenso em função da guerra para tirar proveito da situação, prejudicando a economia popular. Então, isso é grave.”

ANP

Antes da reunião, ainda pela manhã, Haddad disse à imprensa que a ANP deveria agir mais incisivamente contra as especulações, que, segundo ele, já ocorriam antes de o governo federal publicar o primeiro decreto contra a alta dos internos. “A medida provisória assinada pelo presidente Lula já contempla medidas importantes no sentido da repressão à especulação e a Polícia Federal, ontem, abriu inquérito para apurar essas irregularidades”, ressaltou.

O ministro da Fazenda também conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar do tema. Antes desse encontro, ao inaugurar a Sala Lilás, na sede do Parlamento, Motta defendeu que o diálogo entre Legislativo e o Executivo seria fundamental para enfrentar o cenário.

“A ideia é que possamos, juntos, encontrar saídas que reduzam os impactos para a população e para os setores produtivos”, destacou o deputado.

Motta também destacou que o Brasil é particularmente sensível a essas variações por depender majoritariamente do transporte rodoviário.

“Nós temos um modal rodoviário predominante, e isso faz com que qualquer aumento no combustível impacte diretamente o custo do dia a dia”, afirmou o parlamentar que ressaltou a importância dos caminhoneiros para o funcionamento da economia e demonstrou preocupação com os

Diogo Zacarias/MF



Ao lado do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, o secretário-executivo Dario Durigan disse que Fazenda aguarda resposta dos estados



Nós temos um modal rodoviário predominante, e isso faz com que qualquer aumento no combustível impacte diretamente o custo do dia a dia”

Hugo Motta, presidente da Câmara

efeitos da alta sobre o setor.

Na visão do especialista e sócio da V2R Capital Felipe Rabelo, a medida anunciada pelo governo é, na prática, uma tentativa de “ganhar

tempo” diante de um cenário internacional adverso. “Ao tentar evitar o repasse imediato dessa alta, o governo busca reduzir a pressão no curto prazo, principalmente sobre os caminhoneiros. Mas é importante destacar: não resolve o problema estrutural, que é o custo internacional da energia”, avalia Rabelo.

O analista destaca que qualquer tentativa de segurar preços de combustíveis, direta ou indiretamente, tende a ter um custo fiscal. “Se houver redução de tributos ou algum tipo de subsídio, isso impacta a arrecadação. O Brasil já opera com uma meta fiscal apertada, com desafios relevantes para equilibrar as contas públicas”, lembra o especialista.

Setores

Ontem, entidades representativas das empresas divulgaram notas reagindo às medidas anunciadas

pelo governo. O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) reconhece o “momento emergencial”, mas pondera que “a Medida Provisória nº 1.340/2026, que institui o imposto de exportação sobre o petróleo com alíquota de 12%, ao não possuir pelo menos um prazo de vigência definido, e o caráter imprevisto da taxaação trazem risco regulatório e prejudicam a competitividade do petróleo brasileiro”. O instituto aprova a decisão de o zerar as alíquotas de PIS e COFINS para importação e comercialização, mas afirma que a medida deveria ser acompanhada pela desoneração de PIS/COFINS na parcela da compra de petróleo utilizado neste diesel desonerado “com o objetivo de evitar acúmulo de créditos tributários pelas refinarias privadas com difícil fruição”.

A instituição apoia a desoneração do ICMS, mas critica o fato de a proposta do governo contemplar

apenas as importações. “A proposta de desonerar apenas o produto importado, recentemente colocada para discussão, criará uma assimetria concorrencial insuperável para os produtores nacionais desestimulando a produção em momento crítico, preocupando profundamente o setor”, diz a nota do IBP.

A Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) manifestou preocupação com o agravamento do conflito no Oriente Médio. “Na logística, a elevação expressiva do preço internacional do petróleo nos últimos dias tem pressionado o custo do diesel e de outros combustíveis essenciais ao transporte e à movimentação de cargas, em todas as regiões do país. Caso o cenário persista, os efeitos tendem a se intensificar, com reflexos diretos sobre os fretes e, consequentemente, sobre a inflação e o Custo Brasil”, aponta a nota divulgada pela Abol.

Michel Corvello/MT



Renan Filho disse que o descumprimento afeta a renda do caminhoneiro

» PEDRO JOSÉ*

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou, ontem, que o governo vai adotar medidas mais rigorosas para garantir o cumprimento da tabela de preços mínimos do frete no transporte rodoviário de cargas. Uma das ações é a proibição da contratação de frete por empresas que pagam abaixo do preço da tabela.

O anúncio ocorre em meio à ameaça de paralisações por caminhoneiros e envolve sanções mais duras contra empresas que desrespeitam a legislação. “Grandes corporações têm que cumprir a tabela do preço mínimo do frete. Não dá para as empresas listadas na Bolsa no Brasil não cumprirem o preço mínimo do frete, porque isso é lei”, afirmou.

Entre as ações em estudo estão a aplicação de multas, impedimento de contratação de frete e, em último caso, a cassação do registro das empresas infratoras. “Quem não cumprir vai ser multado”, disse o ministro.

Segundo ele, quem insistir em desrespeitar a tabela passará a ser responsabilizado, como transportador, contratante, acionista ou controlador da empresa.

De acordo com dados do governo, existem cerca de 15 mil infratores diferentes, com cerca de 40 mil infrações registradas até janeiro. Nos últimos quatro meses, as autuações somaram R\$ 419 milhões.

Entre as empresas com maior volume de multas estão BRF, Vibra Energia, Raízen, Ambev e Cargill. Já entre aquelas com maiores valores acumulados de penalidades aparecem Motz Transportes, Transágil, Unilever e SPAL.

O ministro afirmou que o modelo atual de fiscalização ainda não é suficiente para garantir o cumprimento integral da lei. “Essa ampliação não foi suficiente para garantir na integralidade o cumprimento da tabela do preço mínimo do frete”, disse.

Segundo ele, o governo busca mudanças com impacto imediato. “Vamos utilizar o expediente jurídico adequado. Eu defendo que a medida seja efetiva e imediata”, afirmou.

Renan Filho também destacou que o descumprimento da tabela afeta diretamente a renda dos caminhoneiros. “O cumprimento da tabela do frete é fundamental para que os custos da entrega estejam compensados”, disse.

Ele acrescentou que a situação atual compromete a atividade. “Muitos caminhoneiros sentem um achatamento no valor recebido, o que compromete a renda, a

segurança e a sustentabilidade da atividade”, afirmou.

Após o anúncio feito por Renan Filho, o presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, Wallace Landim, afirmou que os caminhoneiros vão aguardar a publicação das medidas no *Diário Oficial União* para definir de que forma eles vão fazer o travamento eletrônico.

Em vídeo divulgado nas redes sociais antes do anúncio das medidas, Landim havia afirmado que a categoria decidiu manter o estado de alerta após reunião realizada no Porto de Santos. “O que foi colocado é que as condições atuais, com os constantes aumentos no preço do combustível, não permitem manter o transporte rodando”, disse.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula